

Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo:

Como a Pornografia é Vista?

Mirian Borges da Silva*

Resumo: Para além das agendas governamentais conservadoras e de grupos religiosos, o fim da pornografia é visto como necessário também pelo feminismo radical, sob a chave de proteção da mulher, levando em conta que a pornografia reproduz opressões estruturais, como o machismo, o sexismo e a misoginia. Em uma outra postura teórica e prática, o feminismo pró-sexo se consolida como uma reação à censura proposta à pornografia e propõe o desenvolvimento de uma outra pornografia, que considere desejos e corpos marginalizados na posição de sujeitos. A partir das teorizações do feminismo radical e do feminismo pró-sexo, o presente artigo se propõe a fazer um levantamento bibliográfico das principais problematizações desses dois feminismos acerca da pornografia, a fim de assimilar e expor suas principais implicações teóricas e práticas.

Palavras-chave: Feminismos; Antipornografia; Pós Pornografia; Trabalho Sexual.

* Graduada e mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: mirian.borges2000@gmail.com

Del feminismo radical al feminismo pro-sexo:

¿cómo se ve la pornografía?

From Radical feminism to Pro-sex feminism:

how is pornography seen?

Resumen: Además de las agendas gubernamentales conservadoras y grupos religiosos, el fin de la pornografía también es visto como necesario por el feminismo radical, bajo la clave de proteger a las mujeres, teniendo en cuenta que la pornografía reproduce opresiones estructurales, como el machismo, el sexismo y la misoginia. En otra postura teórica y práctica, el feminismo pro-sexo se consolida como reacción a la propuesta de censura de la pornografía y propone el desarrollo de otra pornografía, que considere los deseos y los cuerpos marginados en la posición de sujetos. A partir de las teorizaciones del feminismo radical y del feminismo pro-sexo, este artículo se propone realizar un levantamiento bibliográfico de las principales problematizaciones de estos feminismos en torno a la pornografía, con el fin de asimilar y exponer sus principales implicaciones teóricas y prácticas.

Palabras clave: Feminismos; Antipornografía; Pos-Pornografía; Trabajo Sexual.

Abstract: Beyond conservative government agendas and religious groups, the end of pornography is also seen by radical feminism, under the key of protecting women, taking into account that pornography reproduces structural oppressions, such as chauvinism, sexism and misogyny. In another posture and practice, the pro-sex feminism consolidates itself as a critical position on pornography and the proposal for the development of another theoretical pornography, considered marginalized desires and bodies in that of subjects. Based on theorizations of radical feminism and pro-sex feminism, this article presents the main problematizations of doing a bibliographic survey of the two feminisms about pornography, in order to assimilate and expose their main theoretical and practical implications.

Keywords: Feminisms; Antipornography; Post Pornography; Sex Work.

Introdução

Em História da Literatura Erótica (1989), Alexandrian afirma que o termo “pornográfico” apareceu pela primeira vez no texto “Diálogos das cortesãs”, escrito por volta do ano de 125, pelo autor grego Luciano, nele são narradas histórias sobre a vida e o cotidiano das prostitutas (FERNANDES, 2019, p. 14). Da Antiguidade para a Modernidade, a forma de ver a pornografia mudou radicalmente, sustentada pelo imaginário judaico-cristão do Ocidente, a noção de pecado começa a ser ligada ao sexo e a pornografia cai nas garras da moral sexual. A partir daí, de acordo com Hunt (1999), o primeiro uso moderno do termo pornografia foi no “Dictionnaire critique, littéraire e bibliographique des principaux livres condamnés au feu, supprimés ou censurés”, de Etienne-Gabriel Peignot, publicado em Paris (1806). Peignot não estava interessado apenas na catalogação dos livros censurados, mas nas razões dessa condenação, que incluíam justificativas morais. Dessa forma, livros que perturbavam a ordem social e transgrediam a boa moral, eram associados à pornografia e à imoralidade, o que fundamentava a necessidade de proibição dessas obras para a proteção da sociedade.

Com o século XIX e a produção da “tecnologia do visível”, após a estreia dos Irmãos Lumière (SARMET, 2014, p. 4), a pornografia teve um crescimento comercial e se consolidou na forma mais próxima da pornografia *mainstream* existente hoje. Depois da produção da primeira película pornográfica¹, os curta e longa metragem passaram a ser feitos cada vez com maior rapidez e rendimento, o que marcou a consolidação desse tipo de serviço na indústria do sexo².

Uma característica dessa pornografia de grande circulação é ela ser hiperbólica, ou seja, há um exagero na exposição simbólica das imagens, isso se justifica pelo foco nas genitálias e estéticas fantasiosas nas gravações que não são

1. Trata-se da Free Ride: a película foi considerada a primeira curta-metragem de pornografia hardcore da história dos Estados Unidos. Ela retrata um motorista que dá carona a duas mulheres na beira de uma estrada e depois se envolve em vários atos sexuais com elas (1915). Disponível em: < [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Free_Ride_\(1915\).ogv](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Free_Ride_(1915).ogv) > Acesso em 07 de abril de 2022.

2. É importante ressaltar que o termo indústria do sexo, se refere, aqui, a uma imensa variedade de serviços sexuais, desde a prostituição nas ruas a bordéis, boates, bares, casas de massagem, linhas telefônicas, sexo virtual, motéis,

comuns em relações reais, reforçando a ideia de que sexo é apenas o ato que envolve os genitais. A partir desse aspecto, é certo que a pornografia tradicional é representativa de uma economia masculina do desejo e da sexualidade, subordinada à heterossexualidade, chamada por Paul B. Preciado de “pornografia dominante”, que quer nos fazer acreditar que o prazer sexual “é isso”: cenários utópicos de masculinidade e feminilidade produzidos para satisfazer os olhos masculinos heterossexuais (PRECIADO, 2010).

Uma produção feita por e para homens é sintomática de uma estrutura capitalista patriarcal, que criou e busca constantemente reforçar estereótipos de gênero e padrões de sexualidade que normalizam a violência física e simbólica contra mulheres e corpos desviantes. O atravessamento dessa problemática na pornografia gerou um intenso debate que se iniciou nos Estados Unidos, meados das décadas de 1970 e 1980, e dividiu o movimento feminista em dois: grupos *feministas radicais*, definidos como *antipornografia e/ou pró censura* e grupos *feministas pró-sexo*, que passaram a reivindicar uma outra linguagem pornográfica, que ficou conhecida como *pós-pornografia*.

As primeiras acreditavam que abraçar certas expressões e exercícios da sexualidade constituía submissão – mesmo que inconscientemente – às ideias misóginas da sociedade (DUARTE, 2014, p. 42). Dessa forma, eram contra qualquer tipo de pornografia sob o argumento de que esta prática sempre seria uma forma de oprimir a mulher; as principais expoentes desse feminismo são Catharine Mackinnon e Andrea Dworkin, que defendiam severas leis contra a pornografia, na tentativa de proibir materiais pornográficos e de reprimendas legais para aqueles que se envolvessem na produção ou consumo dos mesmos (FREITAS, LEITES, 2016, p. 5).

cinemas, revistas, vídeos pornô, serviços de acompanhantes e até mesmo, agências matrimoniais (PISCITELLI, GREGORI, CARRARA, 2004, p. 229). Mesmo a pornografia sendo constituinte da prática da prostituição, atenta-se que no presente artigo o foco é a pornografia e seus possíveis desdobramentos.

Em outra dinâmica, as feministas que compõem a proposta pós-pornográfica consideram as problematizações em torno da pornografia *mainstream* com o objetivo de subverter as “verdades” impostas sobre o sexo pelo patriarcado capitalista, com uma postura assumidamente política de disputar os discursos sobre a (hetero)sexualidade que fundamentam as interpretações acerca dos desejos e dos prazeres (COELHO, 2020, p. 11).

Esse debate constituiu o fenômeno da “Sex Wars” (Guerras Sexuais), que abarca um amplo e diverso espectro político em torno de duas extremidades: a luta contra a pornografia como uma absoluta e irremediável dominação das mulheres em detrimento da luta pela subversão da dominância do “olhar masculino”, com a ação protagonista de mulheres e corpos desviantes (BATISTA, 2018, p. 40).

A Antipornografia

No final da década de 1970, nos Estados Unidos, ocorria um considerável crescimento e uma ampla mobilização da Nova Direita, que estava travando uma extensa discussão em torno de temas sexuais: aumentar as punições contra jovens por conta de atividade sexual, evitar que homossexuais (mulheres e homens) obtivessem igualdade social e civil e obrigar mulheres à reprodução (BUTLER, RUBIN, 2003). Na mesma época, nascia dentro do feminismo radical a primeira organização antipornografia: a WAVPM (Women Against Violence in Pornography and Media – The now defunct San Francisco based feminist anti-pornography organization³), que costumava definir pornografia como capas de discos, piadas, anúncios e outdoors que fossem sexualmente degradantes para as mulheres, mesmo quando nudez ou exibição de genitais femininos não eram retratados (RUSSEL, 1993, p. 5, tradução nossa).

3. Nascida em 1976, a WAVPM foi o primeiro grupo feminista antipornografia dos Estados Unidos (RUSSEL, 1993, p. 8).

Em 1983, na cidade de Minneapolis - Estados Unidos, Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin fazem um discurso afirmando que a pornografia está diretamente ligada à violência, o que teve grande repercussão e influenciou, em 1984, a primeira discussão do Conselho de Los Angeles pela aprovação de uma lei antipornografia (EDWARDS, 2009). A relação entre membros da comissão e o feminismo radical se configura com o uso da fala de feministas como Robin Morgan e sua famosa frase: “Pornografia é teoria, o estupro é a prática” (WILLIAMS, 1989, p. 16 apud MORGAN, 1980, p. 128). A lógica dessa abordagem funciona como um mecanismo de causa e efeito, dessa forma a pornografia é isolada e colocada como o que deveria ser o foco da preocupação pública.

Na dinâmica de reforçar os imperativos da censura, a retórica antipornografia absorveu e sobrestimou os resultados de estudos da psicologia experimental americana, cujas práticas laboratoriais concentravam-se na população masculina, acabando por recorrentemente generalizar o postulado da agressiva “natureza” masculina. As retóricas mais positivistas foram utilizadas por algumas feministas radicais, reforçando as suas próprias construções mitológicas de binarismos de sexo e de gênero, com o pressuposto da existência de uma sexualidade masculina essencialmente violenta e negativa, por oposição à afetuosa e positiva natureza sexual feminina (OLIVEIRA, NOGUEIRA, PINTO, 2010, p. 377).

Catharine Mackinnon apresenta uma análise das relações sexuais como sendo estruturadas pela subordinação, de tal modo que os atos de dominação sexual constituem o significado social do “homem” e a condição de submissão o significado social da “mulher”. O desenvolvimento dessa teoria da consciência de MacKinnon impõe aquilo que conta como experiência das “mulheres”, qualquer coisa que nomeie violação sexual, isso traz o status epistemológico do trabalho, mas ao mesmo tempo conclui que a mulher não existe como sujeito, ela

deve sua existência como mulher à apropriação sexual (HARAWAY, 2009, p. 55). Por isso, Donna Haraway (2009) ressalta que a teoria desenvolvida por MacKinnon não marginaliza a autoridade da fala e da ação política de qualquer outra mulher, ela as elimina. Ela produz a totalização que o próprio patriarcado ocidental não conseguiu – o sentimento de que as mulheres não existem a não ser como produto de desejo dos homens.

Esse determinismo rígido, segundo Judith Butler (2021), traz, pelo menos, duas implicações: em primeiro lugar, a noção de que toda relação de poder é uma relação de dominação sem saídas; assim toda relação de gênero também. O que implica juntamente, em segundo lugar, a justaposição da sexualidade ao gênero – entendido a partir de posições rígidas e simplificadas de poder – associando-o, sem maior exame ao “homem e mulher”. Esse raciocínio do feminismo radical pretende justificar sua própria postura perante instituições pretensamente heterossexuais, como a pornografia, tomando-a como exemplar da violência e do perigo contra as mulheres. Além da pornografia: o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia, a promiscuidade sexual (GREGORI, 2003, p. 100), sem ao menos diferenciar exercícios da sexualidade de crimes sexuais, como o caso da pedofilia e outras práticas que nomeiem a violação sexual.

Em *Pensando em Sexo*, Gayle Rubin (2003), lembra que o controle das sexualidades sempre pesará para as minorias sexuais (sexualidades fora do padrão heteronormativo), ela chama esse processo de injustiça erótica e opressão sexual, nas quais se baseará sua teoria radical do sexo, com o objetivo de desconstruir a ideia de negatividade sexual, em que tudo que está relacionado ao sexo seria inerentemente ruim e perigoso: “todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida” (RUBIN, 1999, p. 150). Entre as possíveis isenções

estariam o casamento, a reprodução e o amor, em outras palavras: as relações sexuais legitimadas seriam apenas as heterossexuais maritais e reprodutivas.

Relacionado ao alarde com o exercício de qualquer tipo de sexualidade, principalmente as dissidentes, encontra-se a falácia da teoria dominó do perigo sexual: associada ao conceito de pânico sexual, popularizado por Carole Vance (1984). Esse conceito, inspirado na formulação da sociologia britânica da década de 70 de “pânico moral”, foi desenvolvido no âmbito da antropologia feminista e da historiografia gay, tendo como referência os movimentos em larga escala reunidos pela ansiedade em torno de questões sexuais. Essa ansiedade suscitaria conflitos no marco dos quais complexas agendas políticas acabaram utilizando o sexo para a expressão de outras preocupações, como as relacionadas a uma suposta decadência moral ou desorganização social (DUARTE, 2014, p. 30).

É importante ressaltar que o feminismo antipornografia nasce nos EUA e ganha força justamente com o apoio do conservadorismo norte-americano. Desde o final de 1960, a direita norte-americana tem como preocupação a regulação direta da sexualidade: por volta de 1969, os conservadores descobriram o Conselho de Educação e Informação Sexual dos Estados Unidos (SIECUS) e o colocou como uma conspiração comunista para destruir a família e a nação (RUBIN, 2003, p. 22). Por isso, desde a lei federal *The Adolescent Family Life Act* (AFLA), de 1981, há financiamentos de programas de educação sexual, que mais tarde ficaram conhecidos como *abstinence-only programs* (DUARTE, 2013, p. 4). É sintomático que o *Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography*, ordenado por Ronald Reagan, tenha 1950 páginas contra as 201 do relatório referente à disseminação do vírus HIV, mesmo que a epidemia estivesse fazendo dezenas de milhares de vítimas fatais há pelo menos três anos (VÁRIOS, 1986 apud

DUARTE, 2013, p. 10).

A partir desse momento a pornografia é instituída como problema de saúde pública e como incitação ao estupro e à violência de gênero, no relatório final, pornógrafos e consumidores são colocados como pessoas incapazes de conceber que um homem e uma mulher podem se apaixonar antes de ter relações sexuais, que creem que amor, afeição, casamento, procriação e responsabilidade são irrelevantes para a conduta sexual e como pessoas que contribuem mais que as outras para as altas taxas de gravidez na adolescência, filhos ilegítimos, abortos e transmissão de DSTs⁴ (Doenças Sexualmente Transmissíveis) (VÁRIOS, 1988, p. 45).

Atualmente, o discurso antiprostituição que inclui a antipornografia, se encontra na agenda da maioria dos governos e de ativistas internacionais dos direitos humanos, influenciados por leituras essencialistas da sexualidade e da opressão de gênero; já que o trabalho sexual só aparece como questão de direitos humanos relacionado com crimes ou vulnerações. Observa-se que a “prostituição” é abordada em uma negatividade lógica e política na estrutura discursiva do sistema de Nações Unidas, mesmo que os movimentos de prostitutas tenham crescido continuamente nas agendas globais de *advocacy de direitos humanos*. A prostituição aparece associada ora a tráfico de pessoas (protocolo de Palermo, UNODC⁵), ora a infortúnios femininos em processos de migração nacional e internacional (Organização Internacional para as Migrações – IOM), ora à violência e discriminação contra as mulheres – além de tráfico (CEDAW/ONU-MULHERES⁶), ora a problemas de saúde pública (WHO, UNAIDS, UNFPA⁷), ora à exploração sexual e ao trabalho escravo (UNICEF, OIT⁸). A prostituição nunca apareceu referida positivamente, por exemplo em documentos da Organização Mundial do Comércio (WCO), nem mesmo nos documentos sobre “Trabalho Decente” e “HIV e mundo do

4. Atualmente, o termo utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). A mudança da terminologia foi adotada porque a identificação do “D” de DST, estava relacionada à doença – que provoca sintomas e sinais visíveis no organismo. Porém, essa visibilidade de sintomas não acontece em todas as pessoas igualmente, muitos portadores de infecções podem permanecer assintomáticos ao longo da vida (RICHET, 2017).

5. UNODC é o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecido como Convenção de Palermo, é o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional. Foi aprovada em Assembleia Geral

trabalho” da Organização Internacional do Trabalho (OLIVAR, 2012).

Todo esse fenômeno de conflito abarcou o que foi chamado de Sex Wars, que se iniciou nos EUA e ganhou protagonismo também na Europa. Essa disputa se deu, em especial, pelos sentidos da pornografia, protagonizada por diferentes correntes feministas: um feminismo pró-censura voltado para a necessidade de extinguir a pornografia e um feminismo pró-sexo que buscou e busca produzir um conteúdo não-machista, não-racista, não-capacitista e queer (VITA, 2016, p. 435), como será possível desenvolver a seguir.

A Pós-Pornografia

Historicamente, as tentativas de regular a sexualidade sempre estiveram acompanhadas de violência: a partir de 1977, na Flórida, uma campanha para revogar as leis que garantiam os direitos de homossexuais deu início a uma onda de violência e perseguição pelo Estado contra minorias sexuais e a indústria do sexo – prostituição e produção/distribuição de materiais pornográficos. Boa parte da legislação sobre o sexo não faz a distinção entre comportamento consensual e sob coação, como as leis sobre sodomia, que se baseia na ideia de que atos proibidos são “um abominável e detestável crime contra a natureza”. Nesse caso, a criminalidade é intrínseca aos próprios atos, independentemente dos desejos dos participantes (RUBIN, 2003, p. 64). Na mesma época em que a Nova Direita emerge extensamente mobilizada em torno de temas sexuais e que a WAVP nasce, também é fundada, em 1978, a SAMOIS – a primeira organização lésbica SM (somasoquista) (BUTLER, RUBIN, 2003).

Em uma perspectiva análoga à das feministas radicais, longe de ver a representação sexual como algo negativo, a feminista pró-pornografia Wendy McElroy (1995) diz que

da ONU em 2000 (UNODC, 2004).

6. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18.12.1979, entrou em vigor em 03.09.1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31.03.1981 e ratificada, com reservas, em 01.02.1984. Disponível em: < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf >

7. WHO: World Health Organization. Disponível em: < <https://www.who.int/> > | UNAIDS: programa das Nações Unidas criado em 1996 e que tem a função de criar soluções e ajudar nações no combate à AIDS. Disponível em: < <https://unaids.org.br/> > | UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas, agência de desenvolvimento

nenhuma luminosidade ou esclarecimento conceitual parece surtir efeito das definições apresentadas pelo movimento feminista *anti-porn*, que continuam a olhar o mundo através das lentes ideológicas de suas próprias crenças e construções morais. A autora proclama uma outra significação da pornografia: “proponho uma definição neutral em termos de valores: a pornografia é uma descrição artística explícita de homens e/ou mulheres enquanto seres sexuais [...] é a representação artística explícita” (MCELROY, 1995, p. 35, tradução nossa). E questiona, também, a concepção de Andrea Dworkin ao chamar de pornografia a “representação gráfica das prostitutas mais baixas”, mesmo o adjetivo ‘mais baixa’, não está na tradução grega. Dworkin fala mais sobre si mesma do que sobre a palavra pornografia” (MCELROY, 1995, p. 30, tradução nossa).

Paul B. Preciado (2007), ao falar sobre pornografia, destaca que o melhor antídoto contra a pornografia não é a censura, mas representações alternativas da sexualidade. E isso encontraremos nos feminismos dissidentes pós década de 80: nas áreas até então pensadas como o submundo da vitimização feminina e das quais o feminismo não esperava ou não queria esperar um discurso crítico, como a área dos trabalhadores e trabalhadoras do sexo, atrizes pornô e insubordinados sexuais. Em 1981, Ellen Willis⁹, é a primeira que intervém no debate antipornografia do feminismo radical, argumentando que o modelo abolicionista pretende devolver ao Estado o poder de regular a representação da sexualidade, concedendo duplo poder a uma instituição ancestral e de origem patriarcal. Contra esse feminismo de Estado, entra o movimento pós-pornografia afirmando que o Estado não pode proteger ninguém da pornografia, de acordo com Preciado, sobretudo porque a decodificação da representação é sempre uma tarefa semiótica aberta que não deve ser impedida, mas abordada com reflexão, crítica e ação política. Willis é a primeira a

internacional da ONU que trata de questões populacionais. Fundado em 1969, atua em programas relacionados à saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero. Disponível em: < <https://brasil.unfpa.org/pt-br> >

8. UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/> > | OIT: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: < <https://www.ilo.org/brasil/lang--en/index.htm> >

9. Ellen Willis (1941-2006) foi uma ativista política, feminista, escritora e jornalista, tendo sido uma das pioneiras na crítica feminista do rock nos Estados Unidos (PRECIADO, 2007).

chamar o feminismo pós-pornografia de “pró-sexo”, e dessa forma batizou o movimento político-sexual que faz dos corpos e do prazer das mulheres resistência ao controle e normalização da sexualidade. Na mesma época, Scarlot Harlot usa pela primeira vez o termo “trabalho sexual” para entender a prostituição; logo, Willis e Harlot serão acompanhadas por prostitutas de São Francisco (agrupadas no movimento COYOTE, criado pela prostitua Margo Saint James), de Nova York (PONY: Prostitutes of New York), e grupos ativistas da AIDS ACT UP, das lésbicas radicais e praticantes de sadomasoquismo (Lesbian Avengers, SAMOIS).

Dentre essas feministas, encontravam-se liberais anti-censura, ativistas atrizes pornô e feministas lésbicas que chegaram a formar um grupo chamado Club 90, em 1983. Segundo Linda Willians (1989), o grupo debatia sobre as disputas envolvendo a pornografia, e decidiram produzir por si mesmas, um conteúdo pornográfico que contemplasse suas reivindicações. Annie Sprinkle foi uma das participantes do Club, ela era atriz pornô da indústria mainstream e se tornou diretora de filmes e documentários sobre pornografia. Foi ela quem fez circular, em 1989, em Nova Iorque, o “pós-pornô” (FREITAS, LEITES, 2020, p. 7). Ela significou um marco no movimento, principalmente com suas performances, sendo a mais conhecida a: *Public cervix annoucement*¹⁰, que fazia parte de seu show internacional *Post-Post Porn Modernist*.

A principal ideia desse movimento ‘pós-pornô’ está vinculada a um processo em que a arte e a comunicação possibilitem a visibilidade de sexualidades e corpos dissidentes, é o efeito do devir sujeito de corpos e subjetividades que até aquele momento só puderam ser objetos abjetos¹¹ de representação pornográfica: as mulheres, minorias sexuais, corpos gordos, corpos não-brancos, transexuais, intersexuais, transgêneros, corpos com deficiência. Nesse sentido, o repertório pornográfico tradicional é quebrado para possibilitar

10. Annie Sprinkle começa sua carreira de performer profissional como massagista e, pouco depois, se tornando prostituta passou a fazer shows burlescos e de sexo ao vivo. Em seu show individual “Post-Post Porn Modernist”, ela faz uma apresentação da paródia de sua vida como performer sexual, esse show inclui uma performance (Public cervix annoucement), em que ela convidava os membros da plateia para iluminarem e observarem o colo de seu útero com uma lanterna através de um espécuro (WILLIANS, 2017).

11. O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos, nossos excessos, e

outro discurso performático:

Não se trata de que estes corpos não estavam representados: eram na realidade o centro da representação pornográfica dominante, mas desde o ponto de vista do olhar masculino heterossexual. A pós-pornografia supõe uma inversão radical do sujeito do prazer: agora são as mulheres e as minorias que se apropriam do dispositivo pornográfico e reclamam outras representações e outros prazeres (PRECIADO, 2010 apud HERNANDEZ, 2010, 59-60, tradução nossa).

em última instância nosso cadáver. Pelo viés da abjeção, Butler traz o debate acerca da vulnerabilidade das pessoas transexuais, travestis, transgêneros e intersexos em função das normas de gênero, mas não somente - corpos abjetos também são corpos cujas vidas não são consideradas e cuja materialidade não é importante, entre eles: corpos não-ocidentais, pobres, pacientes psiquiátricos, deficientes físicos, refugiados etc. (PORCHAT, 2015, p. 41).

A própria performance dentro da pós-pornografia tem papel fundamental na construção de saberes não-dominantes e que têm grande custo ao feminismo: a desnaturalização de comportamentos e práticas cotidianas que construíram o significado do “ser mulher” e a centralidade do corpo como possibilidade de ação política. Contrariamente às feministas antipornografia, aqui a estratégia é propor a superação da pornografia hegemônica, por meio do questionamento das divisões binárias de gênero e da descentralização das genitálias a partir de uma estética do grotesco que trabalha a ambivalência do corpo. O diálogo explícito com a pornografia tradicional, reenquadrada a partir de uma retórica da intimidade e do afeto. A recuperação e atualização da tradição da blasfêmia como estratégia política e estética de questionamento da moral sexual cristã e da violência colonial. (BALTAR, SARMET, 2021, p. 89).

Na América Latina, uma onda de arte pornoerótica ganhou visibilidade quando ocorreram os festivais PorNO PorSI, em Bogotá e Buenos Aires (2011). O coletivo criado em 2009 organizou os festivais a partir de encontros itinerantes, onde produções pornográficas em múltiplos formatos foram planejadas e exibidas. As últimas ações do coletivo foram ocupações ocorridas de 25 a 31 de julho em 2011, a ideia foi ocupar espaços públicos com ações obscenas, como uma forma

de penetrar na cidade e aquecer os olhos dos passantes (PorNo, PorSi, 2011). A agenda da semana era repleta de oficinas e apresentações: dentre elas “Oficina de Transformação de Travestis”, “E então decidi dizer sim, aceito”, “Tornando-se Travesti”, “Experimentação de Materiais e Memória Erótica”, “Pintura Corporal” e “Espetáculo Boneca Porcelana” (PorNo, PorSI, 2011¹²).

Uns meses antes, no Brasil, Suzy Capó, jornalista e produtora cultural, lança o *PopPorn*, inspirada no *Pornfilmfestival Berlin*, como uma crítica à moral sexual cristã, tributária na tradição da arte queer e feminista latino-americana de conjugar religião e sexualidade como estratégia de confronto e deboche da violência colonial da catequização; para Capó, o festival tem o objetivo de “discutir o sexo nas intersecções com a arte, com o cinema, com a performance, com a música, enfim, e como isso é representado nesses meios, nessas áreas diferentes, inclusive na indústria do sexo, na pornografia” (VEJA, 2012¹³).

Anos depois também surgiam diferentes projetos, como a Antropofagia Icamiaba, idealizada pela artista visual e ativista Taís Lobo¹⁴. O projeto tem como ponto de partida o sexo, os “orifícios que engolem” e os “não-orifícios”, em que buscou-se criar experimentações de linguagem e corporais em confronto com nossas próprias reproduções estéticas e comportamentais:

Considerando que os dois maiores (ainda que ocultos) sustentáculos da estética e do pensamento hegemônicos sejam o gênero e a sexualidade, cujos maiores suportes de ostentação e de difusão são o vídeo e a web (tecnologias chave na construção das identidades e na produção das subjetividades), tendo em vista a pornografia desde uma perspectiva feminista e considerando que tudo está por construir, principalmente em um ambiente úmido, propício às reapropriações antropofágicas e praticante do mesmo, no caso, a América do Sul, é de

12. Mais informações em: < <https://proyectopornoporsi.wordpress.com/> > Acesso em 11 de maio de 2022.

13. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/cultura/festival-tem-programacao-com-temas-ligados-a-sexualidade/> > Acesso em 11 de maio de 2022.

14. Disponível em: < http://nuvem.tk/wiki/index.php/Tais_Lobo > Acesso em 12 de maio.

suma estratégia e importância que as gramáticas da representação audiovisual, suas tecnologias e dispositivos sejam re-fabricados, rescritos por mulheres, distintas entre si, à partir de suas singulares experiências de vida (AZEVEDO, 2013, p. 3).

As Icamiabas são mulheres que produzem autopenografia feminista, como uma pornografia estética que coloca em confronto o selvagem e o tecnológico, na dinâmica de trazer ao debate o arcabouço ocidental das noções de gênero e sexualidade, de corpo e desejo, com as percepções ameríndias e afro-latinas. Icamiabas (do tupi i + kama + îaba = “peito rachado”): índias que, segundo os mitos brasileiros, teriam formado uma tribo de mulheres guerreiras que não aceitavam a presença de homens e que compunham uma sociedade radicalmente matriarcal.

O feminismo selvagem presente no pornoerotismo Antropofágico Icamiaba é um feminismo dissidente, de sujeitos excluídos pelo patriarcalismo, que produz selvagens ciborgues¹⁵ (AZEVEDO, 2013, p. 3). Ele representa, o despertar crítico do proletariado do feminismo – o feminismo de putas, lésbicas, caminhoneiras, violadas, feias, frígidas, malcomidas, incomíveis, histéricas, taradas, transexuais, de mulheres não-brancas, em definitivo quase todas nós (DESPENTES, 2016).

O que pode quebrar com a pornografia moderna é a recriação da sexualidade engendrada, só assim haverá outras possibilidades de desejos: quando estes forem construídos e ensinados. Para Annie Sprinkle, por exemplo, a resposta ao pornô ruim não é o fim do pornô, é o contrário: mais pornô! Ou seja, entrar na disputa por produções pornográficas onde os objetos do pornô moderno tornem-se sujeitos (WILLIAMS, 2017).

15. Cyborg é um conceito desenvolvido por Donna Haraway, no “Manifesto Ciborgue” (2009), em que é no confronto em clones, ciborgues e outros híbridos tecnonaturais que a “humanidade” de nossa subjetividade se vê colocada em questão, em que o ciborgue nasce justamente da mecanização e eletrificação do humano, e de outro a humanização e subjetivação da máquina; nesse sentido é na indecente interpenetração entre o humano e a máquina que se encontra a promiscuidade generalizada, que se traduz na confusão entre ciência e política, tecnologia e sociedade, natureza e cultura. É a partir desse raciocínio que Haraway pretende sair dos dualismos, do que seria

Esse novo feminismo pós-pornô transcultural, ensinou e ensina continuamente que a melhor proteção contra a violência de gênero não é a proibição da prostituição, mas a tomada do poder econômico. De forma que o horizonte político desses projetos políticos não seja somente liberar as mulheres ou alcançar sua igualdade jurídica, mas dismantelar os dispositivos políticos que produzem diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade (PRECIADO, 2007).

Considerações Finais

Ficou evidente que a agenda antipornografia não se encontra somente em pautas governamentais mundiais e em organizações em prol dos direitos humanos, mas também em grande parte do discurso feminista, protagonizado pelo feminismo radical. Curiosamente, toda a mobilização que propõe o fim da pornografia, alerta para os perigos da violência sexual e a subordinação das mulheres, associando o trabalho sexual a tráfico e todos os tipos de crimes sexuais, sem diferenciá-los. Esse raciocínio é característico das formulações de feministas radicais como Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin, em que as relações sexuais são estruturadas pela subordinação, sem possibilitar qualquer subversão ou ação política contra a dominação das mulheres, o status epistemológico desse trabalho traz a experiência de “mulheres”, tudo que nomeie a violação sexual.

Em contrapartida, o feminismo pró-sexo traz a necessidade de se diferenciar o que seria pornografia do que seria um crime sexual, justamente para não cair no reducionismo de que a pornografia é necessariamente uma

puramente bom ou ruim, selvagem ou civilizado. Na América Latina o cyborg se junta ao selvagem, antropofagicamente; e é no pornoerotismo que isso mais se manifesta: a construção de um cyborg tropical, que resgata o elemento selvagem recalcado por inúmeras investidas civilizatórias e eugenistas em nome do progresso (AZEVEDO, 2014, p. 4).

violência, portanto um crime. Essa visão é possível pela forma que esse feminismo vê a construção da “mulher”, na mesma medida em que possibilita a esses sujeitos caminhos de subversão dos estereótipos de gênero e sexualidade estruturados pelo patriarcado capitalista. Em reação ao discurso moralista que associa o trabalho sexual ao crime, com a pretensão de aboli-lo, o feminismo pró-sexo traz a possibilidade de se reivindicar e produzir pornografias de corpos abjetos como sujeitos, sem que sejam censuradas ou criminalizadas pelo discurso abolicionista.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Adriana Pinto Fernandes de. Sexorcismos Selvagens: pós-pornografia e performance. *Seminário de Tese*. PUC – Rio, 2013.

BALTAR, Mariana; SARMET, Érica Ramos. Redes de deboche e excesso: práticas performáticas no pós-pornô da América Latina. Dossiê Feminismo Vitais, *Revista Ecosos*, v. 24, n. 1, 2021.

BATISTA, Aryani Ferreira. *Olhares do desejo e olhares femininos: o cinema pornográfico feminista de Candida Royalle, suas subversões e limitações representacionais*. Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 21ª Edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2021.

BUTLER, Judith. RUBIN, Gayle. Tráfico Sexual: entrevista a Gayle Rubin. *Cadernos Pagu*, 2003.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A pornografia e o ocidente. *Revista (In)visível*, Portugal, 2011.

COELHO, Clara da Cunha Barbato Veiga. *Pós-pornografia em foco: um estudo sobre tensões políticas e usos do corpo*. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp, 2020.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King-Kong*. N – 1 Edições: São Paulo, 2016.

DUARTE, Larissa Costa. O pornogate de Ronald Reagan: pornografia, minorias e políticas sexuais. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013.

DUARTE, Larissa Costa. *PORNOTOPIA: história, desafios e reimaginações das pornografias feministas*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

DWORKIN, Andrea. *Pornography: men possessing women*. A Plume Book: USA, 1979.

EDWARDS, David M. *Política e Pornografia: uma comparação das conclusões da Comissão do Presidente e da Comissão Meese e a resposta resultante*. Wayback Machine, 25 de agosto de 2009. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20090825002802/http://home.earthlink.net/durangodave/html/writing/Censorship.htm> > Acesso em 26 de julho de 2022.

FERNANDES, Gabriela Fardin. *A construção das memórias íntimas de uma personagem feminina em Fanny Hill: Memoirs of a Woman of Pleasure*, de John Cleland, e na peça *The Life and Times of Fanny Hill*, de April de Angelis: aproximações e distanciamentos. Dissertação (Mestrado). São Jose do Rio Preto – SP, 2019.

FREITAS, Suellem Lopes de; LEITES, Bruno Bueno Pinto. Da pornografia à pós-pornografia: práticas contrassexuais no audiovisual. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, Curitiba, 2016.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, 2003.

HARAWAY, Donna J. KUNZRU, Hari. *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Organização e tradução: Tomaz Tadeu. 2ª Edição. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2009.

HERNANDEZ, Esperanza Moreno. *Cuerpos Lesbianos en la Red. De la Representación de la Sexualidad Lesbiana a la Postpornografía*. Dissertação de Mestrado. Universidad Politecnica de Valencia. 2010.

HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade 1500 – 1800*. Tradução Carlos Szlak. Editora Hedra: São Paulo, 1999.

KENDRICK, Walter. *The Secret Museum. Pornography in modern culture*. Berkeley, University of California Press, 1996.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LOBO, Tais. *Intuições corpóreas acerca de uma autopornografia*. Publicado em 2013. Disponível em: < http://nuvem.tk/wiki/index.php/Tais_Lobo > Acesso em 20 de abril de 2022.

MCELROY, Wendy. *XXX: A women's right to pornography*. St. Martin's Press, 1995.

MORGAN, R. Theory and practice: Pornography and rape. In L. J. Lederer (Ed.), *Take back the night: Women on pornography*. New York: William Morrow, 1980.

OIT: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: < <https://www.ilo.org/brasil/lang--en/index.htm> > Acesso em 17 de abril de 2022.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 2012.

OLIVEIRA, João Manuel de; NOGUEIRA, Maria da Conceição; PINTO, Pedro. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. *Psicologia: reflexão e crítica*, 2010.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria F.; CARRARA, S. (Orgs.) *Sexualidade e Saberes: convicções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

PORCHAT, Patricia. Um corpo para Judith Butler. *Periódicus*, n. 3, v. 1, 2015.

PORNO PORSI (2011). Disponível em: < <https://proyectopornoporsi.wordpress.com/> > Acesso em 11 de maio de 2022.

PRECIADO, Paul B. Mujeres en los márgenes. Babelia: *El País*, 2007. Disponível em: < https://elpais.com/diario/2007/01/13/babelia/1168648750_850215.html > Acesso em 27 de abril de 2022.

PRECIADO, Beatriz. Posporno: excitación dissidente. *Revista Parole de Queer*, n.4, 2010.

RIBEIRO NETO, Alberto. *Pornografia na cultura virtual: Considerações psicanalíticas sobre devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais*. Dissertação (mestrado). UFPA: Belém, 2017.

RUBIN, Gayle S. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu* (21), 2003.

RUBIN, Gayle (1984). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER & AGGLETON (eds.). *Culture, Society and Sexuality: A reader*. New York: Routledge, 1999.

RUSSEL, Diana E. H. *Making Violence Sexy: feminist views on pornography*. Published by Teachers College Press, Amsterdam Avenue, New York.

SARMET, Érica. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. *Revista Periódicus*, 1ª edição maio-outubro de 2014.

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/> > Acesso em 17 de abril de 2022.

UNAIDS. Disponível em: < <https://unaid.org.br/> > Acesso em 17 de abril de 2022.

UNFPA. Disponível em: < <https://brazil.unfpa.org/pt-br> > Acesso em 17 de abril de 2022.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Unodc.org, 2004. Disponível em: < <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html> > Acesso em 17 de abril de 2022.

VANCE, Carole. *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: Routledge and & Kegan Paul, 1984.

VÁRIOS. (1986). Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography Department of Justice. Government Printing Office. Washington, DC. Disponível em: < <https://www.ojp.gov/pdffiles1/Digitization/102046NCJRS.pdf> > Acesso em 17 de setembro de 2022.

VÁRIOS. (1988). Report of the Presidential Commission on the Human Immunodeficiency Virus Epidemic. Government Printing Office, Washington, DC. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED299531.pdf> > Acesso em 17 de setembro de 2022.

VEJA, Abril. Festival tem programação com temas ligados à sexualidade. Por Da Redação, em 29 de maio de 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/festival-tem-programacao-com-temas-ligados-a-sexualidade/>> Acesso em 11 de maio de 2022.

VITA, Mariana. Capturar o gozo: dizeres pela censura da pornografia. *Anais do VII Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF –Estudos da Linguagem*, UFF, n° 1, 2016.

WHO: World Health Organization. Disponível em: < <https://www.who.int/> > Acesso em 17 de abril de 2022.

WILLIAMS, Linda. *Hard Core*. Power, pleasure and the frenzy of the visible. University of California Press, 1989.

WILLIAMS, Linda. Uma Agente Provocadora: A Pornografia e A Arte da Performance de Annie Sprinkle. *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 5, n. 17, 2017.

Como citar

DA SILVA, Mirian B.. Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo: Como a Pornografia é Vista? *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 102-123, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102205